

# OS GOVERNOS DO IMPÉRIO: VICE-REIS. GOVERNADORES E CAPITÃES-MORES NO MUNDO PORTUGUÊS (SÉCULOS XVI-XIX) – TRAJETÓRIAS

ARTHUR CURVELO \* 

INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS DA  
 UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
 LISBOA - PORTUGAL

THIARA BERNARDO DUTRA \*\* 

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
 VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO - BRASIL

*“Pois a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico — o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra —, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve”.*  
 (REVEL, 2000, p. 17).

A valorização dos percursos individuais nas novas interpretações historiográficas sobre a América portuguesa resulta de amplo processo de revisão dos modelos explicativos acerca da governação régia nos impérios ultramarinos, durante a época moderna. Ao levantar questões sobre os limites do poder e da centralização política da Coroa,<sup>1</sup> o relacionamento entre centro e periferia e a dinâmica interna das sociedades coloniais, as pesquisas apontaram certa limitação do poder régio, antes interpretado como absoluto, e, desde então, visto como socialmente construído através da negociação com outras instâncias jurisdicionais com as quais a Coroa necessariamente partilha o poder<sup>2</sup>. Nessas interpretações, as formações políticas são governadas por indivíduos, cujas formações, interesses e percursos nem sempre repercutem as expectativas dos centros de

\* Doutor em História pelo Programa Interuniversitário de Doutoramento em História; mudança e continuidade num mundo global (PIUDHist) e Investigador integrado no Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa (IEM), atualmente bolsista de investigação no projeto VINCULUM: *Entailing Perpetuity: Family, power identity. The social agency of a corporate body (Southern Europe, 14th-17th centuries)* financiado pelo European Research Council (ERC), grant agreement No. 819734. E-mail: arthurascurvelo@gmail.com.

\*\* Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com bolsa FAPES. Pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens da UFES. E-mail: thiarabernardo@hotmail.com.

<sup>1</sup> HESPAÑA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*: Instituições e Poder Político em Portugal, Séc. XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

<sup>2</sup> PUJOL, Xavier Gil. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, n. 6, 1991. GREENE, Jack. *Negotiated Authorities*. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Chalottesville e Londres. The University Press of Virginia, 1994.

poder. Por outro lado, ao alcance da monarquia portuguesa, estão certos meios socialmente disponíveis para organizar a governação dos domínios ultramarinos, sendo a intervenção progressiva sobre os processos de nomeação dos cargos e ofícios um dos mais importantes mecanismos de controle sobre a administração, uma vez que condiciona o acesso aos postos cimeiros da arquitetura político-administrativa a uma certa lógica, em que provas de fidelidade e bom serviço são tão importantes quanto o peso dos favores e das relações pessoais, sempre presentes em sociedades de corte.

Dada a importância dessas questões, o Império português passou a ser analisado como resultado de complexa “engenharia político-econômica” que, desde o início do processo de conquista, se pautou no recrutamento e na remuneração de indivíduos como forma de viabilizar a incorporação de novos territórios “ao universo da soberania portuguesa”.<sup>3</sup> Assim, a investigação sobre os indivíduos e sobre a forma como estes construíram redes político-administrativas que se estendiam do reino ao ultramar ocupa hoje um lugar central na produção historiográfica sobre a história social do poder. A observação das ações individuais confere maior inteligibilidade ao cotidiano, trazendo luz às redes relacionais estabelecidas, posto que o individual passa a ser visto como outra abordagem do social, ou, no limite, uma escala, ou uma janela, através de onde se pode vislumbrar uma realidade mais ampla e complexa, nem sempre vista quando se consideram apenas as grandes escalas de análise.

Nesse sentido, diversas pesquisas foram desenvolvidas nas últimas décadas sobre as trajetórias sociais e administrativas de secretários de Estado, vice-reis e governadores-gerais, capitães-mores e governadores de capitania, magistrados, entre outros oficiais da monarquia. Diante dessa temática recente e em voga na historiografia sobre a América portuguesa, a primeira parte do dossiê *Os Governos do Império: Vice-reis, governadores e capitães-mores no mundo português (séculos XVI-XIX)* reúne dez artigos escritos por historiadoras e historiadores que analisam trajetórias individuais e coletivas de capitães-mores e governadores de capitanias, em diferentes geografias do Império português, entre

---

<sup>3</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Nas tramas das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 164.

os séculos XVII e XIX. Importa reconhecer que, apesar da diversidade espacial, o conjunto dos artigos, desta e da segunda parte do dossiê, testemunha a vitalidade do tema, sobretudo, no espaço das antigas Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Nos artigos submetidos para as duas partes poderá ser sentida a ausência das capitanias auríferas da América lusa, bem como dos governos da África continental e do espaço asiático, o que não corresponde, em absoluto, à ausência de produções de qualidade focadas nestes espaços que são, pelo contrário, bem representados na historiografia recente.

O dossiê é aberto com o artigo de Fabiano Vilaça dos Santos intitulado “*A ira do capitão-mor: Marçal Nunes da Costa e o governo do Pará no século XVII*”. Nele, ao analisar as correspondências dos capitães-mores com as autoridades de Lisboa e os regimentos para os governos do Pará e do Estado do Maranhão, o autor oferece importante contribuição aos estudos de história político-administrativa da América lusa, vista aqui através da Amazônia colonial. Tendo por base, principalmente, as críticas feitas por Marçal Nunes da Costa, quanto à usurpação da jurisdição dos capitães-mores do Pará pelos capitães-generais e governadores do Estado do Maranhão, o autor discute o contexto de subordinação daquela a esta capitania. Partindo do mandato de Marçal Nunes, o artigo aborda um conjunto de questões mais amplas, que poderiam ser facilmente colocadas a diferentes governos da América Portuguesa, como a da importância dos regimentos, os limites da autoridade dos capitães-mores das capitanias subordinadas, o lugar destes agentes nos equilíbrios sociais do poder local, sem descuidar, naturalmente, de enfatizar como as configurações do território produzem especificidades nas práticas governativas locais. A análise sobre a dinâmica de poder, amplia as discussões historiográficas, sobre o norte da América portuguesa Seiscentista.

A trajetória administrativa de dois capitães-mores, Pedro Serqueira da Veiga e Gaspar Borges de Novaes, é o objeto central da análise de Ana Paula Santos Xavier em “*Homens de mando: as redes de sociabilidades dos capitães-mores na capitania de Porto Seguro (1670-1682)*”. O artigo trata de uma área e período ainda pouco estudado, qual seja, Porto Seguro, na segunda metade do Seiscentos. Ao analisar a trajetória desses oficiais, a autora observou os problemas advindos com a rotatividade no cargo de capitão-mor naquela localidade, como também a inserção desses homens nas redes de

sociabilidades locais como condição, tanto para exercer uma administração estável e exitosa, quanto para garantir os privilégios conquistados. Além de estarem inseridos em redes de reciprocidades, pertencer ao lugar e conhecer o território parece ter figurado como requisitos para a nomeação ao cargo de capitão-mor na capitania de Porto Seguro, no século XVII.

O processo de recrutamento dos governantes das conquistas representa o meio mais imediato de controle da Coroa portuguesa sobre o governo das conquistas, revelando, nas palavras de Nuno Gonçalo Monteiro e de Mafalda Soares da Cunha, “a dimensão mais imperialista do império português”<sup>4</sup>. O perfil daqueles que eram selecionados poderia refletir circunstâncias ou conjunturas específicas das conquistas. Nesse sentido, o artigo de Rafael Ricarte da Silva, “*Homens de Guerra e Governança: o perfil e as trajetórias dos capitães-mores da Capitania do Siará Grande (1679-1720)*” se debruça sobre o processo de nomeação dos capitães-mores da capitania do Ceará durante o seu processo de conquista, analisando o perfil militar dos indivíduos nomeados bem como a sua atuação no processo de consolidação da conquista, feito através da concessão de sesmarias nos espaços conquistados na capitania.

Se implementação de posturas sanitárias no mundo português é ordinariamente atribuída à ação das câmaras municipais, o artigo de Bernardo Manoel Monteiro Constant, “*Governar o lugar da peste: disputas políticas e construções simbólicas sobre a epidemia dos males no Governo do Marquês de Montebelo (Pernambuco, 1685-1695)*”, discute como um atribulado governador assumiu o desafio de combater a epidemia dos males como uma oportunidade de deixar uma marca positiva de seu governo. O autor não só revisita tema clássico da historiografia pernambucana<sup>5</sup>, mas lança novos olhares sobre as diversas medidas sanitárias expedidas por D. Antonio Félix Machado, 2º Marquês de Montebelo, no Recife através dos chamados “bandos de saúde”, enquadrando estes e outros documentos, como os tratados médicos patrocinados pelo governador, dentro do

<sup>4</sup> CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. E CUNHA, Mafalda Soares (Org.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005, p.239.

<sup>5</sup> Tratado pela primeira vez na obra de Gilberto Osório de Andrade *Montebelo, os males e os mascates*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

contexto mais amplo dos debates sobre os saberes médicos e práticas de cura vigentes em Portugal na primeira modernidade.

Ainda no espaço das Capitâneas do Norte, o artigo de Isabela Augusta Carneiro Bezerra, intitulado “*Os caminhos de João da Maia da Gama: práticas governativas, guerra e comércio na administração da capitania da Paraíba (1708-1717)*”, lança um olhar prismático e abrangente sobre o longo mandato desse personagem, analisando o seu envolvimento com o comércio e como suas ambições pessoais, reverberadas em várias ações tomadas durante o seu governo, inclusive durante a chamada Guerra dos Mascates (1710-1711), refletem uma busca pela ampliação de suas jurisdições. Ao questionar a ideia de que os governadores de capitania encarnavam meras correias de transmissão das diretrizes da Coroa, a autora trata do obstinado protagonismo do indivíduo à frente do Governo e defende que a atuação de João da Maia da Gama foi marcada por momentos de antecipação e de contradição às expectativas da Coroa.

Os problemas causados pela intervenção de um governador no cenário econômico de uma região são abordados no artigo de André José Santos Pompeu, “*A atuação de João de Abreu Castelo Branco na disputa pelo cacau no Cabo do Norte (1739-1747)*”. Nele, o autor analisa como os embargos colocados pelo governador do Maranhão, João de Abreu Castelo Branco sobre a extração de cacau em certas ilhas da região do Cabo do Norte, despoletaram conflitos com os grupos de interesse da capitania do Pará, representados na Câmara de Belém. A proibição da extração teve como pretexto a criação de rendimentos que seriam, em princípio, destinados ao fardamento das tropas pagas daquele Estado, mas que, na prática acabariam por atender aos interesses pessoais deste governador, que não foi poupado de queixas pela mesma razão.

A atuação dos capitães-mores na formação e incorporação de um novo território aos quadros do Império português é a discussão apresentada no artigo “*Território em disputa: capitães-mores no povoamento da vila de Lages, sul da capitania de São Paulo (1776-1820)*”, de Renilda Vicenzi. A partir da sistematização de variada gama documental, a autora demonstra como a circulação de pessoas e mercadorias no sul da capitania de São Paulo, contribuiu para o processo de ocupação da região. A posse do

novo território, até então habitado por indígenas, se deu mediante ao estabelecimento de uma economia secundária, a saber, com a criação de gado, a agricultura de subsistência, o tropeirismo e a “guerra justa” contra os designados “gentios”. Diante dessa ocupação e por ser um território estratégico do Império português para garantir seu domínio frente aos espanhóis e promover o avanço das fronteiras, os governadores de São Paulo passaram a designar capitães-mores para a região, cuja atribuição era promover a formação e efetivação do caminho das tropas (Viamão-Curitiba), como também o estabelecimento de poderes administrativos e políticos que resultaram na criação da vila de Lages. O artigo constitui contribuição relevante ao mostrar como a presença dos capitães-mores na região propiciou não só a criação da vila de Lages, como também sua inserção na vida política e econômica da colônia, entre os séculos XVIII e XIX.

Os governos de armas das províncias do Reino de Portugal em muito diferem, quer em estrutura, quer em amplitude de competências, dos governos de capitania formados nos espaços ultramarinos da expansão portuguesa. Criados durante a Guerra de Restauração (1640-1668), estes governadores de armas tinham competências essencialmente militares e jurisdição bastante limitada fora desta esfera. Mas, essa não é propriamente a realidade do Reino do Algarve, que teve o seu primeiro capitão-mor e governador nomeado em 1573. As particularidades deste governo são tratadas no artigo “*Um governador de armas e báculo no Reino do Algarve: D. Francisco Gomes do Avelar (1806-1816)*”, da autoria de Andreia Fidalgo. O artigo apresenta um caso de contraste à realidade dos governos de armas do reino e analisa as ações reformistas, no âmbito militar e econômico, do bispo D. Francisco Gomes de Avelar enquanto serviu como governador interino do território.

Enaile Flauzina Carvalho e Ueber José de Oliveira apresentam, no artigo “*Na real presença de Vossa Majestade! A administração de Manoel Tovar no Espírito Santo (1804-1812)*”, a trajetória de um governador nomeado pelo Príncipe Regente D. João, cuja missão era a de inserir a capitania capixaba na lógica de desenvolvimento do Estado português, qual seja, a da geração de novas formas de exploração da terra, para além da agroexportação mercantil e da mineração, pautada nos estudos científicos, em conformidade com as diretrizes do reformismo ilustrado português, inaugurada na última

década do século XVIII. O artigo tem o mérito de analisar a trajetória social e administrativa de um governador colonial nas primeiras décadas do Oitocentos, bem como destacar as nuances da conjuntura política, social e econômica regional, evidenciando o papel da capitania do Espírito Santo dentro da política colonial para a América portuguesa, no alvorecer do século XIX.

Finalmente, em “*O governo das armas de uma província dissidente: uma breve narrativa da trajetória do major português João José da Cunha Fidié na Independência do Piauí (1822-1823)*”, Luís Carlos Albano Duarte Sousa e Johny Santana de Araújo discutem as contradições que envolvem a adesão do Piauí à independência, em face da participação de oficiais que representavam as estruturas governativas portuguesas, ainda vigentes, a exemplo do governo das armas, posto ocupado pelo major Fidié. Apesar de Fidié ter sido nomeado para ocupar o cargo de governador das armas, como uma resposta de Lisboa diante da crescente difusão de ideias separatistas naquela província, os autores questionam o grau de comprometimento do major para com os interesses da Coroa. O artigo contribui para uma discussão sobre as independências, a partir das particularidades locais da província do Piauí.

Com efeito, os dez artigos apresentados nesta primeira parte do dossiê *Os Governos do Império*, lavrados por pesquisadoras e pesquisadores em diferentes estágios de carreira, convidam a leitora e o leitor da *Revista Ágora* a mergulhar na complexidade de um mundo movido por relações interpessoais e a refletir sobre os Governos do mundo português através da vida e da ação dos personagens que, efetivamente, os ocupam e dão forma. Forma que, aliás, no conjunto, era raramente perfeita e harmônica, posto que os capitães-mores e governadores andavam sempre em choque uns com os outros e com os poderes locais, disputando nichos de poder, jurisdições e precedências. As contribuições aqui oferecidas convidam-nos, sobretudo, a perceber como estes indivíduos procuraram conciliar a demonstração de serviço com a busca constante de seus interesses pessoais, dissimulando e procurando tirar vantagem, sempre que oportuno, das posições que ocupam.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Montebelo, os males e os mascates*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

CUNHA, Mafalda Soares e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro. E CUNHA, Mafalda Soares (Org.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Nas tramas das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities*. Essays in Colonial Political and Constitutional History. Charlottesville & London. The University Press of Virginia, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político em Portugal, Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

PUJOL, Xavier Gil. “Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVII”. *Penélope*, n. 6, 1991

REVEL, Jacques. “A história ao rés-do-chão”. Prefácio. In: LÉVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.